

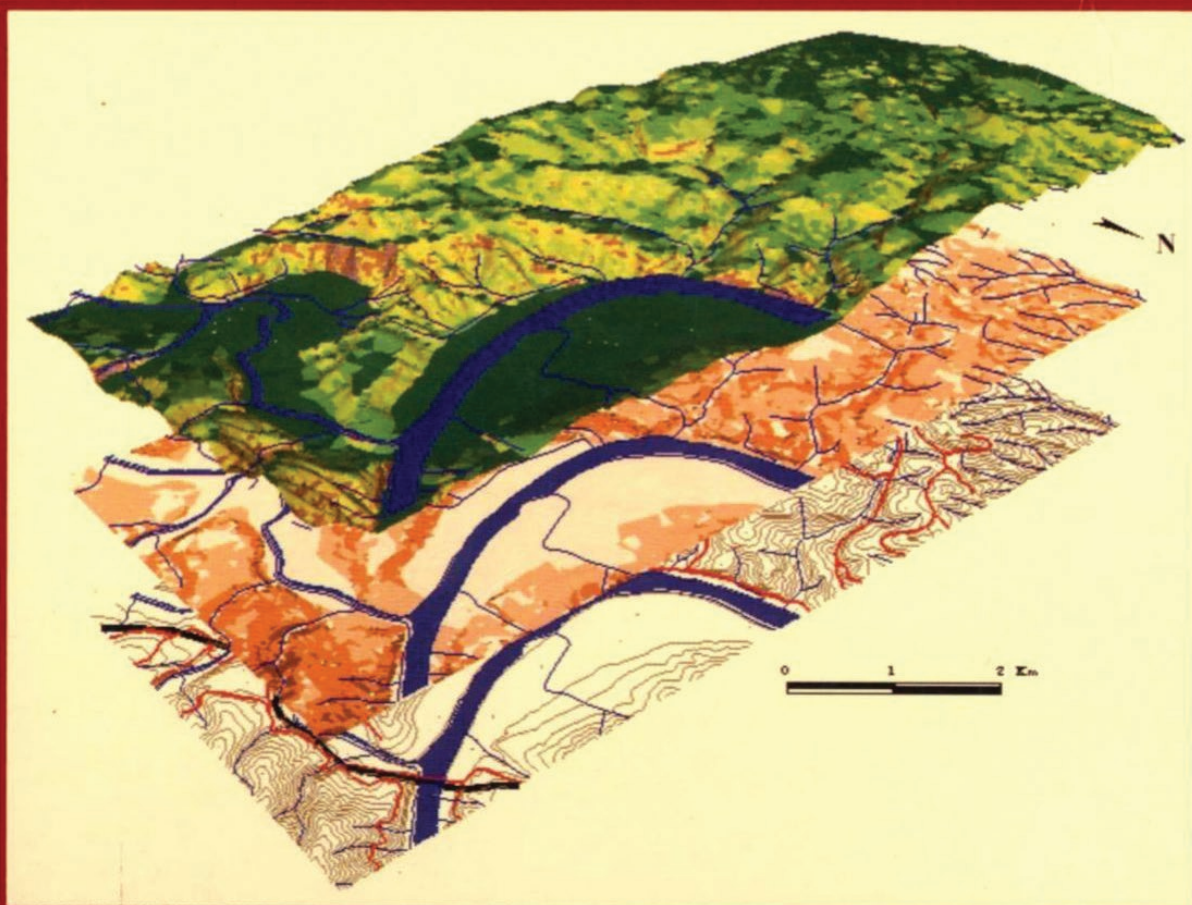
CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA

2000

N.º 19



DESENVOLVIMENTO: PREVISIBILIDADE E/OU SUSTENTABILIDADE?¹

J. M. Pereira de Oliveira²

RESUMO

Uma reflexão crítica sobre a História Mundial da Urbanização pode ajudar-nos ao aperfeiçoamento de um conceito mais seguro de espaço urbano sustentável.

Atendendo a que essa reflexão deverá sempre ser pautada por um cuidadoso esforço epistemológico e passando em revista os parâmetros dos quais - com a aceitação dos factores intervenientes no transcurso do processo histórico dos factos urbanos que a casuística regista - ressalta a compreensão de que a qualidade de ser sustentável decorrerá das circunstâncias polimórficas resultantes tanto dos condicionalismos físicos como dos humanos.

Normalmente do resultado dessas complexas interações advêm características diversificadoras, particulares a cada caso. Todavia, sempre se disse que isso é o resultado de um processo de desenvolvimento.

A resultante da análise desses desenvolvimentos, porém, nem sempre é aceitável num plano epistemológico; pelo contrário, esse esforço de pureza da compreensão teórica dos factos, obriga a pôr em causa, por sua vez, o próprio conceito de desenvolvimento que não pode ser só um crescimento económico.

Uma consequência deste esforço suplementar aproxima-nos do conceito até há poucos anos quase negligenciado de risco físico e, talvez pela importância e espectacularidade que aqueles factos em grande parte têm, suscitaram o nascimento de uma nova vertente científica a que veio a chamar-se a Cindínica.

O esforço epistemológico deste jovem ramo da fronde geográfica veio ainda suscitar a necessidade de juntar ao estudo dos riscos físicos, o dos riscos humanos que, muitas vezes, se conjugam para ampliar as consequências.

De tudo isto ressalta que, para além do grau de sustentabilidade imprescindível à melhoria das condições de vida dos urbanitas, impõe-se que todos os projectos de desenvolvimento que serão os motores da evolução, sejam eles próprios concebidos com um grau de previsibilidade equilibrada, reconhecedora e defensora das finalidades fundamentais para o devir da Humanidade.

Tudo isto implica naturalmente, para além do instruir, também o educar. O devir da Humanidade passa pois cada vez mais por um estatuto de cidadania de facto do que simplesmente pelo de uma cidadania de direito.

Podem os geógrafos virar as costas a esta compreensão?

Palavras-chave: Desenvolvimento. Previsão. Espaços sustentáveis.

ABSTRACT

A critical reflection on the world history of urbanization can help us to perfect a safer idea of sustainable urban space.

This reflection should always be governed by a careful epistemological effort, and take into account the parameters which - along with the acceptance of intervenient factors in the course of the historical process of urban facts that casuistry indicates - heighten the understanding that the quality of being sustainable comes from polymorphic circumstances which result as much from physical conditions as they do from humans.

Diverse characteristics normally result from these complex interactions with each case being different. However, it was always said that this was the result of a process of development.

¹ Texto apresentado em Francês ao 29º Congresso Internacional da UGI - Agosto 2000, Seul, Coreia do Sul.

² Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra

The resulting analysis of these developments, however, is not always acceptable on an epistemological level; on the contrary. This sheer force of theoretical understanding of the facts in turn calls into question the actual concept of development, which cannot solely refer to economic growth.

A consequence of this extra effort brings us closer to this concept that until only a few years ago virtually neglected physical risks, and, because of the importance and impressive nature of these factors, brought into being a new area of scientific activity that came to be known as Cindinica.

Further more, the epistemological effort of this young branch of geography necessitated the joint study of physical and human risks, which are often put together to better study results.

All of this serves to emphasise that apart from the degree of sustainability essential for an improvement in living conditions it is important that development projects are engines of evolution, are well thought out with a degree of balanced predictability, and which recognise and defend the fundamental aims for the future of mankind.

All this naturally implies not only teaching but also education in the broader sense of the word. The changing status of mankind is increasingly moving from that of simply being a citizenship of rights to a citizenship of facts.

Can geographers afford to ignore these developments?

Key-words: Development. Foresight. Sustainable spaces.

RÉSUMÉ

Une réflexion critique sur l'Histoire Mondiale de l'Urbanisation peut nous aider à améliorer un concept plus sûr de l'espace urbain soutenable.

Vu que cette réflexion devra toujours se régler sur un effort épistémologique vigilant et en tenant compte les paramètres dont - en acceptant les facteurs intervenants au cours des faits urbains historiques que la casuistique registre - nous comprenons que la qualité d'être soutenable proviendrait des circonstances polymorphes qui résultent autant des conditions physiques qu'humaines.

En général, ces interactions complexes produisent des caractéristiques de diversifications, particulières à chaque cas. Cependant, il a toujours été dit que ceci est le résultat d'un procès de développement.

Toutefois, le résultat de l'analyse de ces développements n'est pas toujours acceptable sur le plan épistémologique ; au contraire, cet effort de pureté de la compréhension théorique des faits oblige à mettre en doute, cette fois, le concept de développement lui-même qui ne peut pas seulement être une croissance économique.

L'une des conséquences de cet effort supplémentaire nous rapproche d'un concept de risques physiques presque négligé, jusqu'à quelques années, et, c'est peut-être à cause de l'importance et de l'évidence de ces faits, que cette nouvelle voie scientifique appelée Cindinica est née.

L'effort épistémologique de cette nouvelle branche de la géographie a montré le besoin de joindre l'étude des risques physiques à celle des risques humains qui, beaucoup de fois, se conjuguent et amplifient les conséquences.

Tout ceci met en évidence, au-delà du degré de soutènement indispensable à l'amélioration des conditions de vie des citoyens, le fait qu'il faille que tous les projets de développement qui seront les propulseurs de l'évolution, soient conçus eux-mêmes avec un degré de prévisibilité équilibrée qui reconnaisse et défende des buts fondamentaux pour l'avenir de l'Humanité.

Tout ceci implique naturellement, au-delà de l'instruction, l'éducation. L'avenir de l'Humanité passe beaucoup plus par le statut de la citoyenneté en soi que par celui de la citoyenneté de plein droit.

Les géographes peuvent-ils tourner le dos à cette compréhension ?

Mots-clés: Développement. Prévision. Espaces soutenables.

Mesmo abstraindo dos problemas que se põem sobre a origem da cidade como forma de povoamento, podemos reflectir sobre alguns aspectos que resultam da observação casuística e encontramos sempre características comuns que distinguem umas formas de outras que dizemos serem não urbanas.

Deste facto resulta, por sua vez, que começamos logo a poder perguntar-nos sobre o grau de *previsibilidade* e/ou *sustentabilidade* que poderá ter havido na "fundação" das cidades, tanto das antigas, ditas espontâneas, quanto das ocorrentes por decreto ou nascentes por planeamento, na antiguidade e nos nossos dias.

As diferentes formas de povoamento, como factos geohumanos que são, dir-se-ia que nasceram espontaneamente. Falar de planeamento, é praticamente impossível, embora nesse caso estejam muitas das cidades historicamente conhecidas³, ainda que muitas delas já hoje tenham desaparecido.

Mas será legítimo falar de simples fenómeno espontâneo?

De facto, a maior parte delas são nem mais nem menos do que a expressão resultante da adaptação voluntária dos grupos humanos a condições ainda bastante adversas para que eles as pudessem ultrapassar face às respostas que terão tido que dar às suas necessidades vivenciais.

De qualquer modo, nem por isso algumas das cidades históricas actuais poderão deixar de ser entendidas como um estágio de uma evolução consequente, mesmo que o seu início se perca nos alvares das primeiras e frustres formas do sedentarismo nascente.

As estruturas sociais primitivas que a partir dos nexos grupais de famílias se foram desenvolvendo, aumentaram as suas capacidades - mas também certos riscos - de resposta a essas necessidades basilares. Num estágio mais evoluído, os grupos adquiriram um nível de densidade demográfica que os terá obrigado a coesões internas novas e específicas, primeiro talvez circunstanciais, mas que poderemos já classificar de fases pré-políticas como as correspondentes às gens e tribus. O fenómeno do sino-seismo é um clássico exemplo e a cidade de Roma nasce de facto de uma sua expressão.

Num estágio seguinte, essa densidade atinge um nível tal que, como avançou J. Ancel, se pode falar de "densidade política", nível fomentador e criador de mecanismos de defesa diferentes dos anteriores na preocupação bio-social expressa pela defesa de um território que o grupo - agora já com nexos que ultrapassaram os estádios anteriores - apropriou e pelo qual se afinaram e afirmaram os sentimentos de posse própria e colectiva.

As cidades evoluem então, ou são criadas, como obras de homens em claro estado de sociedade, com estatuto político e organização condizente.

Mesmo no mais estreme dos geomorfismos, as cidades distinguem-se como factos onde houve, no primitivo das respectivas condições urbanísticas, uma certa *sustentabilidade* e, sem dúvida, também uma *previsibilidade* por assim dizer primária. De certo modo, pode presumir-se que num determinado quadro sócio-político, a cidade aparece-nos como expressão de um equilíbrio funcional que respondia às cada vez mais complexas realidades da

existência dos respectivos grupos e em relação a um determinado território.

Este acerto pode referenciar-se com relativa facilidade pois que em algumas das formas mais primitivas é possível reconhecer indícios de evidentes estruturas e dinâmicas de tipo urbano, como a dimensão demográfica, a hierarquia sócio-económica e sócio-política, o terciário diversificado e perceptível, onde a nota mais significativa será a expressão das relações comerciais a longa distância, enfim, a presença da muralha ou sistema de muralhas e a escolha estratégica do sítio original. Lembremos, por exemplo, os casos mais conhecidos de Çatal-Yuyuk na Ásia Menor, ou o de um dos estratos arqueológicos da bíblica Jericó, nas imediações do Mar Morto.

Mas, na História do Urbanismo é possível rastrear muitas outras expressões desta mesma compreensão, embora não tão antigas. As lições que nos dão algumas das mais célebres cidades históricas é perene e paradigmática.

É sempre possível encontrar nos respectivos traços da sua evolução fases de acentuada previsão numa perspectiva de desenvolvimento, só que nem sempre esse grau de *previsibilidade* que denotam ter havido foi pautado por um criterioso plano de *sustentabilidade*.

O mais curioso ainda é poder dizer-se que em alguns casos parece ser cíclico esse divórcio e por causas aparentemente diversas mas de raiz comum.

De qualquer modo, julgo poder afirmar-se que a História do Urbanismo está cheia de exemplos. Nas escolas urbanísticas, mais que nos estilos, alternam-se as concepções. A novos factores estruturantes, como, por exemplo, os que sempre ocasionaram a evolução sofrida pelos transportes, sucedem-se concepções que exprimem essas mudanças. Como nem sempre houve a correcta previsão das consequências, estas desencadearam condições de outra natureza, tais como as excessivas concentrações humanas, as rápidas densificações dos espaços construídos, as densificações demográficas, as alterações no estatuto dos espaços de circulação, etc, etc.

O desenvolvimento poderá ter sido economicamente relevante mas os "preços" de vária incidência tornaram-se a antítese do que deveria ser o grau de *sustentabilidade* desejável.

Ao caótico espontâneo das povoações conquistadas na construção dos impérios, povos como os Mesopotâmicos, Egípcios, Industânicos, Gregos e Romanos, opuseram as concepções de geometria regular, estruturada e hierarquizada, hipodâmicas ou ortogonais, as quais, com a evolução e, finalmente, a queda dos impérios, se haveriam de abastardar e ser destruídas em grande parte.

À queda do Império Romano do Ocidente e à destruição dos seus parâmetros estruturais de implantação pelo

³ Caso de muitas cidades de origem romana e egípcia, entre outras.

invasor bárbaro, sucedeu, após a cristianização destes, uma nova geração de cidades europeias.

Às cidades medievais nascidas desse fenómeno, espartilhadas entre altos muros de defesa, pretenderam alguns dos homens mais brilhantes da Renascença - como por exemplo o próprio Da Vinci - contrapor as cidades "novas", geometricamente desenhadas mas ainda fechadas entre muros de defesa, embora já bem diferentes na concepção adaptativa às condições da época.

Condenadas a crescer em altura, muitas foram porém incapazes de evoluir e definharam; outras, por evidente falta de "posição" numa época em que o mundo das relações económicas, a geopolítica e a geoestratégia, se abriam aos primeiros paços da descoberta e da globalização.

Ao período fugaz das concepções renascentistas do urbanismo, segue-se o não menos significativo, quanto curto, do urbanismo do Século XVIII, dito de prestígio dos príncipes absolutistas, que veio contrapor-se por capricho, mas sem ter tido grande influência geral, salvo na Arquitectura e nas formas de Arte que lhe são assessórios fundamentais.

A Revolução Industrial nasceu um pouco mais tarde na Inglaterra e paulatinamente dessembrada pela Europa, seria o período mais grave da falta de *previsibilidade* e, consequentemente, de *sustentabilidade*. Período complexo, prolongado pelo Século XIX, aparece nimbado de luzes mas não menores ocasos; nele culmina, a queda do "Ancien Regime", com as novas concepções da produção industrial e suas consequências geo-económicas e sócio-económicas e, em breve, também, geopolíticas, mesmo no plano do espaço que devoram, em muitos casos concentradas nos espaços peri-urbanos e mesmo já claramente urbanos das cidades, na "aventura da cidade contemporânea"

Dá em diante - como soi dizer - a "produção do espaço urbano" é um dédalo de confusas "regras" que são assumidas quasi exclusivamente numa perspectiva ideológica.

Atinge-se então o auge do que poderá chamar-se a negação do "desenvolvimento sustentável", embora os panegiristas desse crescimento o apontem como quase ideal.

O Socialismo Utópico, consequência "reacionária" das grandes transformações das sociedades industriais do final da 1ª metade desse século, apresenta-se no campo do urbanismo sob uma forma idealista por excelência. Na Inglaterra, a sociedade civil que haveria de construir o célebre plano de Victória, não chegou a poder sequer reunir os capitais de base necessários à sua implementação.

Outras reacções, um pouco mais tarde, haveriam de aparecer, tal como a ideia de Ebenezer Howard, com as

suas "cidades-jardim", fortemente marcadas por um cunho ecológico "avant la lettre" e, por isso mesmo, talvez um pouco exagerado, ou ainda como reacção às massiças perspectivas desumanizantes dos urbanismos do socialismo científico soviético, ou a "despida pureza" da escola da Bauhaus, as concepções urbanísticas de Le Corbusier com as suas "cités radieuses" e a inspiração que trouxe à celebrada "Carta de Atenas", como código ético de um urbanismo humanista, conjunto de princípios inspiradores das previsões criativas, mas já no sentido do que poderá dizer-se de um mais evidente desenvolvimento *pré-sustentável*.

As "new towns" britânicas, enfim, são ainda, praticamente já nos nossos dias, expressões de uma evolução discutível mas de um racionalismo evidente que todavia em pouco vieram alterar o quadro do urbanismo europeu.

A verdade é que, apesar de toda esta História progressiva, nos nossos dias, novos factores estruturantes assaltam o futuro das cidades.

Os desequilíbrios sócio-económicos, as consequentes mobilidades demográficas, espaciais e profissionais, decorrentes da crescente globalização da economia, os fortes desequilíbrios nos movimentos gerais da população mundial, a par dos resultados do crescimento da esperança de vida, completam-se num quadro de rapidíssimas evoluções de carácter político e atingem todos os cantos do mundo, principalmente no que respeita aos espaços urbanos, que continuam a crescer a ritmos por vezes inesperados e fortemente diferenciados:

1. Crescimento das áreas envolventes, mas rapidamente periurbanizadas, das grandes cidades, que não crescem ou mesmo diminuem de população residente, mas aumentam a sua população fundamental;

2. Crescimento das pequenas cidades à custa do abandono dos campos envolventes e da quase desertificação dos espaços regionais, mercê de certos dinamismos ao nível do terciário, em alguns casos, mas até mais rapidamente, face a investimentos estratégicos não só de carácter industrial mas ao mesmo tempo também terciário de novo estilo, os comércios de grandes superfícies, supermercados e hipermercados.

Ainda hoje em dia aparecem cidades planeadas "ab initio" entrelaçadas no velho tecido urbano periférico das grandes cidades e como formas da sua expansão.

Tivemos recentemente ocasião de visitar algumas "cidades novas" das "afueras" madrilenas e, ao mesmo tempo, as "cidades velhas".

Nestas a clandestinidade e a espontaneidade da instalação ainda se apresentam sob uma capa de pseudo-dimensão humana.

As "novas cidades", todavia, são como uma espécie de transplantação, a pequena escala, do mediático estilo Kansas, para a sub-meseta sul de Espanha. Uma Arquitectura da estética do vidro, tudo muito pelo largo, muito pelo amplo.

Um grande "palau" polivalente, para manifestações culturais, congressos, exposições, etc., aparece-nos com uma arquitectura esbelta e funcional, mas o todo desenvolvido dentro de um outro edifício, este quase completamente de vidro como se fora simplesmente a redoma/estufa do primeiro. Nem aí falta a preocupação "ecológica" expressa nos verdes colgantes ou semi-arbóreos sob as altas coberturas vítreas. Outro exemplo deste mesmo estilo novo, é o caso da Akedemie Mont-Cenis, Herne-Sodingen (Bokum-Alemanha) onde recentemente se realizou a "3rd Biennial of Towns and Town Planners in Europe". Sob uma notável estrutura de vidro, madeira e aço, conformando uma cobertura completa abriga-se um complexo funcional destinado a realizações do género, que, além do mais, inclui um hotel e outros equipamentos de apoio (restaurante, serviços administrativos etc, etc).

Porém, em Brasília, o que parece resultar da concepção inicial é um espaço absolutamente desumanizado, talvez melhor, sem dimensão humana. Ao longo das suas amplas avenidas descobre-se de onde em onde, de tempos a tempos, a presença das pessoas, talvez como padrão incómodo, e o vazio parece ainda maior. *Previsibilidade? Em nome da sustentabilidade?*

A dada altura, na sequência de outras valências, alguns Geógrafos descobriram a necessidade de ver mais fundo este problema e não só pelo aspecto puramente paisagístico, como é óbvio, mas particularmente para responderem às perguntas que a si próprios começaram a fazer: "*quanto custa a cidade?*", "*quanto custa ser um urbana?*", enfim, "*quanto custa viver em cidade?*"

Este "*quanto custa*", na maior parte das vezes, inicialmente, era pura e simplesmente aquilo que se poderia resumir numa contabilidade da própria cidade. E assim aparece o conceito mais economicista de "cidade média", um conceito de cidade que, para definir-se, sobretudo, importava que fosse quantificado.

Naturalmente a "cidade média" simplesmente, não existe.

Quando falamos de "cidades médias", referimo-nos sempre a cidades que se entende situarem-se num intervalo entre dois pontos de uma curva cartesiana resultante dos valores *per capita* do custo de manutenção de cada cidade existente no universo considerado, em relação à dimensão demográfica de cada uma delas. Mas, em termos meramente economicistas, na maior parte das vezes, a tal dimensão do custo do viver em cidade não passa disso.

Por outro lado, algumas cidades crescem rapidamente e ultrapassam o tal intervalo. Outras, estagnam e não chegam a atingi-lo. Ficam aquém.

Passam, num caso e noutro, a ser cada vez mais caras, mas não só no custo *per capita* (custo financeiro, de investimento, manutenção, etc.), mas naquilo que hoje se poderá chamar, noutro sentido, um custo ecológico, onde não há, muitas vezes - senão a maior parte das vezes - valores que não são cifráveis, de natureza social, moral, política, cultural, etc.

Portanto, a idela da "cidade média" é uma noção fluante, num intervalo estatístico entre dois valores quantitativos que se consideram razoavelmente capazes de permitir um certo equilíbrio existencial da cidade, mas essencialmente só do ponto de vista económico.

Se isso fora possível, diríamos que uma "cidade média" seria tão somente uma cidade limitada num intervalo de tempo, a uma situação entre dois patamares de custo e que o "ideal", seria mantê-la nesse intervalo.

Seria, no entanto, essa uma cidade resultante de um desenvolvimento sustentável?

Na literatura da especialidade, contudo, verificamos que para certos Países, o conceito de cidade média, da "dimensão" da cidade média, é totalmente diferente da de outros, tal como o próprio conceito quantitativo de cidade - particularmente importante, por motivos óbvios, para os estatísticos, pois, apesar das convenções internacionais nesse sentido, diverge, quiçá ainda mais.

Como me parece compreensível, não é bem uma crítica que se faz mas tão somente o levantar de um problema epistemológico, pois creio que continua a haver muita dificuldade em saber o que é uma "cidade média". Se acaso elas existem!

Isto para não falar já de cidades, com ritmos de crescimento muito elevados (mais raras hoje em dia), algumas cidades capitais, ou as cidades primaciais, cidades que cresceram e duplicaram a respectiva população em dez anos, mercê da convergência de factores internos e externos. Mas, também aí, a dúvida permanecia. Para alguns eram dez anos, para outros quinze anos e outros ainda achavam que seria mais correcto os trinta anos, o que poderia ser um indicador de uma certa intensidade vital da cidade para esse crescimento se com estas discrepâncias de critério de todo se anulassem as condições de comparabilidade.

Mas, poderá perguntar-se, que crescimento?

De todas essas cidades, para as que permaneceriam sem alteração, o crescimento era zero, para as que regressassem, o crescimento seria negativo, finalmente, para as que ultrapassassem o valor anterior o crescimento seria positivo. Mas, afinal, que crescimento seria esse?

Crescimento económico, talvez demográfico, na maior parte das vezes, traduzido por uma infinidade de indicadores, muitos deles hoje já menos significativos no balanço de muitos dos sociólogos e dos geógrafos sociais que - deve dizer-se assim - preocupados com esses espaços urbanos, levantaram a crítica desse conceito de crescimento. E então passou a falar-se de *desenvolvimento*.

O desenvolvimento, por definição, teria que ser, em princípio, algo de harmónico, porque, quando não, seria taratológico, isto é, criador de "monstros", deformações, desequilíbrios.

Evidentemente que há alguns "desequilíbrios" que encantam as pessoas. Ir a uma cidade como Nova Iorque é, desde há muito, uma coisa espectacular em si mesmo, um sonho da vida. No entanto, além de ser uma cidade ingovernável, ou dificilmente governável, nessa contabilidade não entram muito claramente o peso dos défices humanos.

Crescimento económico aparece-nos pois, contrariado pela ideia fundamental de desenvolvimento. Mas, alguns economistas passaram a falar de crescimento equilibrado, o que já pressupõe uma certa perspectiva e uma certa actividade consequente no sentido de dominar, controlar, o crescimento puramente económico.

Não é certo também que muitas das cidades "cresceram" só em altura, por uma questão de prestígio e/ou de especulação? Isso será desenvolvimento? Pensamos que não.

Como reacção a tantos desmandos e abusos em nome do crescimento, apareceu depois uma concepção diferente: a de desenvolvimento sustentável.

Essa é realmente a expressão que começa a estar muito em voga. Num recente colóquio, falou-se de cidades saudáveis, portanto, já um "qualitativo" diferente, possivelmente uma vertente daquilo que já hoje também se refere como cidades sustentáveis.

Mas este percurso, quando o observamos e estudamos mais de perto e mais fundo, encontramos-lo na casuística - para além destas palavras bonitas, interessantes, com muitas aspas metafóricas e não menos ratoeiras semânticas - com facilidade sem eco. Em muitas dessas cidades sustentáveis (ou por sustentar), nós passamos rapidamente da ostentação à miséria, do outro lado do quarteirão, as duas faces da mesma moeda, uma rica, e, do outro lado, outra, extremamente pobre, humanamente falando.

Tudo isso e as reflexões que tenho feito sobre estas matérias obrigaram-me a pensar em termos de *previsibilidade* e *sustentabilidade*.

Porquê *previsibilidade* vs, ou não, *sustentabilidade*, se as duas coisas podem e devem coexistir? Talvez o ideal seja a copulativa e não a dijuntiva, pois que ambos os conceitos são complementares.

A previsibilidade será condição necessária e suficiente para que haja lugar à *sustentabilidade*.

A previsão contra quê? Contra os desvios do equilíbrio possível que é naturalmente sempre instável. Tudo o que diz respeito ao Homem - como ensinou Vidal de La Blache, velho Mestre que todos nós relemos ainda - é contingente. Isso é que é um facto. Portanto, tudo o que diz respeito ao Homem corresponde sempre a flutuações em torno de quê? Em torno de algo que, muitas vezes, é posto de parte por não ser fácil quantificar: os valores, os princípios e as finalidades existenciais.

E é isto que me obriga a pensar também se, no seio das funções de investigação de base nas Universidades e/ou no âmbito concreto da preparação dos projectos desta natureza e com esta finalidade, não deveríamos também acrescentar outros - para além daquilo a que a economia urbana nos pretende levar, por compreensão, a tal *sustentabilidade* - se não deveríamos pensar ainda, pela importância que isso tem, nos custos da *previsibilidade*, isto é, os custos da própria previsão dos desvios dos equilíbrios instáveis próprios da "res humanitas".

Naturalmente, quando digo equilíbrios instáveis, penso nos imponderáveis desvios que os vários factores intervenientes sofrem quando se interactivam. Por definição, a cidade, qualquer que seja a sua dimensão, é um resultado geo-humano em contínuo devir que se distingue por contraste através das maiores densidades dos diferentes fenómenos da existência dos homens em sociedades espacialmente referenciadas. Assim essa flutuação existirá sempre.

Mas é evidente que se não houver, diria eu, parâmetros bem determinados, expressos em termos de intervalos de valores factoriais, que a lei consagre, não será jamais possível alcançar o que a *sustentabilidade* em si significa.

Para aumentar o grau de *sustentabilidade* de qualquer facto geo-humano, o melhor será sempre prever.

Queria recordar esta ideia (que não é minha, mas de um grupo de responsáveis investigadores da nóvel ciência dos riscos naturais e tecnológicos, a Cindínica) ou seja, a da necessidade da compreensão dos factos para a previsão dos riscos, entendidos estes como os casos que, diríamos, extremes na escala das flutuações ocorrentes. Não são, porém, neste âmbito, somente os riscos físicos, como os devidos aos padrões do clima, ou do vulcanismo, dos tremores de terra, das inundações, etc.

São múltiplas e conhecem-se, por vezes, estranhas sinergias por sobreposição e/ou conjugação destes com os riscos que se podem atribuir às acções humanas, os desequilíbrios forçados pela ignorância do homem, pela ganância do homem, pela incompreensão e/ou desrespeito pelo outro, etc.

O “superespaço” de que hoje nos fala a epistemologia da Cindínica, dá-nos uma ideia da dinâmica da compreensão destes fenómenos que podem, realmente bem compreendidos levar, de facto, à concretização do que será a *sustentabilidade*.

Os problemas de base do conhecimento científico, partem normalmente da estatística, da memória/registo, enfim, do banco de dados, que em si é constituído pelo conjunto dos elementos primários necessários à compreensão, num plano inicial. Mas eles necessitam de um outro tipo de tratamento que é, afinal, o que diz respeito à criação do *modelo*, isto é, já o resultado elaborado do encontro dos conhecimentos liminares sob uma forma que por vezes atinge, digamos, a perspectiva da lei provisória.

Mas, o *modelo*, em si, para que serve? Servirá, de certo, para qualquer coisa e, portanto, a estrutura do “superespaço” de compreensão parte desse conjunto de memória/registo e tratamento superior até ao *modelo* e, por força da natural insatisfação filosófica, tem de progredir no sentido de algo mais.

Todo esse esforço é então conduzido no sentido da justificação da sua própria finalidade. Ora, esta não é qualquer “coisa” que se encontre algures no ar, figura de retórica ou artifício de cálculo; nada que possa desligar-se de um conceito existencial fundamental, muito menos

coisa que sirva só para escrever num papel ou para pessoas bem falantes dissertarem.

A finalidade é importantíssima, quer dizer, constitui o próprio plano teleológico de base. A finalidade é pois sempre a razão da acção, pois não se trata de dizer como se viveu, mas de ajudar a prever o que se poderá viver. É, de certo modo, participar intimamente no devir existencial.

Finalmente, mais importante ainda, é que isto só significa alguma coisa no encontro de dois eixos estruturantes basilares que devem ser então considerados: o deontológico e o axiológico.

No conjunto destas vertentes, é sobretudo a análise que leva ao conhecimento do desvio destas relações, o conhecimento do que pode permitir prever aquilo que pode vir a suceder. É então, naturalmente, que dessa atitude epistemológica resultará a diminuição dos custos dessa raiz e, entre eles, se não pensarmos só nos riscos físicos, se pensarmos também nos riscos humanos, como é absolutamente necessário, é evidente que o quadro alargasse grandemente e às responsabilidades acresce a perspectiva da necessidade de, enfim, **Educar** para a *previsibilidade*, que é o mesmo que fundamentar de raiz a *sustentabilidade* desejada tanto quanto necessária.

Poderá a Geografia ficar indiferente a este desiderato?